



# URBANIZAÇÃO



Vários motivos levaram ao término das remoções. Uma delas é simples: à medida que o “Milagre Económico” foi abrandando, o dinheiro começou a escassear e as políticas de remoção não tinham mais sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a autoridade do regime militar, outra grande base desta política, começou a enfraquecer desde meados da década de 70 até à redemocratização plena em 1985, com Tancredo Neves e José Sarney.<sup>30</sup> Por outro lado, a política remocionista conseguiu unir ainda mais os favelados, agora reivindicativos dos seus direitos e organizados em torno de uma FAFERG reorganizada em 1979.

Assim, no final da década de 1970, as remoções foram terminando e uma nova política foi posta em prática, próxima página na história das favelas: era o início da urbanização.

Beneficiando da nova onda de redemocratização, os favelados, agora organizados melhor que nunca, exigiram melhores condições, especialmente infra-estruturais. Amplas foram as primeiras vitórias, nas quais o acesso a água canalizada, colecta de lixo, esgoto, pavimentação e iluminação foram alguns dos factores proporcionadores de uma mais justa cidadania. Depois vieram as primeiras construções: creches, postos de saúde, etc. A titularidade da propriedade foi conseguida somente em casos pontuais. No geral, ainda está hoje por resolver.

É também o início das ONG’s e de um novo pensamento internacional acerca da pobreza do Terceiro Mundo, que veio para ficar, dando uma exposição mediática e planetária ao fenómeno. A gravidade do problema foi finalmente reconhecida, tornando necessário um conhecimento aprofundado, gerando vagas de estudos, relatórios e projectos provenientes

79

de todos os sectores. Em 1979, é lançado o primeiro projecto de urbanização geral de uma comunidade: o Projecto Rio ou PROMORAR, com o objectivo de urbanizar as favelas da Maré e outras no litoral da Baía de Guanabara, processo já falado anteriormente. O investimento da Prefeitura, com fundos do BNH, foi avultado e ambicioso, aterrando vários quilómetros da Baía de Guanabara, e pretendendo a sua recuperação ambiental. Facto marcante também é que os moradores seriam mantidos naquele mesmo lugar. Porém, o autoritarismo no desenvolvimento do projecto persistiu e fez com que as lideranças populares se juntassem, formando a CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré), movimento para dar voz aos interesses das populações afectadas.

Paralelamente, e preparando o caminho para os passos seguintes, os anos 80 desenvolveram um conhecimento sobre favelas, e como trabalhar nelas, que, anteriormente, era desconhecido de todo. A percepção de que a questão da favela exigia urbanismo e tecnologia próprios e diferenciados, que não haviam ainda sido pensados e trabalhados, levou a que universidades e empresas desenvolvessem, pouco a pouco, aparelhos,

<sup>30</sup> O Brasil viveu sob ditadura militar desde 1964. Nesse ano iniciou-se um período de repressão severa e de grande autoritarismo, ao mesmo tempo que incluiu episódios como o “Milagre Económico”. Foi em 1974, quando o general Ernesto Geisel se encontrava na Presidência da República, que os protestos anti-regime começaram, simultâneos à crise internacional do petróleo e às dificuldades económicas internas. Em 1979, o general João Baptista Figueiredo prosseguiu a abertura do regime e, em 1985, Tancredo Neves é eleito Presidente pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Morreu antes de assumir o cargo e sucedeu-lhe José Sarney, vice-presidente.

ferramentas, sistemas construtivos e técnicas, incluindo de projecto, visando o trabalho em tais circunstâncias. Tudo tinha de ser necessariamente inovador, pois “a experiência de Brás de Pina havia indicado que a criatividade era o caminho” (BUENO, 2000, 182).

A impossibilidade de seguir a legislação urbanística convencional (tamanho dos lotes, recuos, afastamentos, dimensão das vias, distâncias de segurança...) trazia bastantes atritos. Além da incapacidade de reprodução para criação de algum tipo de metodologia, era preciso pessoal que compreendesse a incompatibilidade normativa e se adaptasse a ela, gerasse a partir dela:

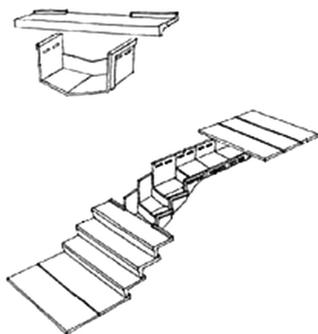
“A complexidade das intervenções, nessas áreas envolvendo aspectos económicos, sociais e fundiários exige um posicionamento independente e desvinculado da ortodoxia técnica consagrada. No físico das favelas, por exemplo, a precariedade e singularidade na organização dos assentamentos e a peculiaridade geográfica e topográfica de cada local inviabilizam *a priori* a aplicação de métodos tradicionais de drenagem e saneamento básico, quer pelos altos custos económicos, quer pelos problemas sociais gerados pelo próprio trânsito de equipamentos pesados que determina a remoção de um grande número de habitações” (BUENO, 2000, 186).

80 Ou seja, faltava capital humano que soubesse “tratar das questões urbanísticas e de infra-estrutura em áreas já ocupadas, onde já há alguma estruturação dos espaços definida pelos próprios moradores. O fato de que as favelas têm passado a incorporar-se no objecto da gestão urbana, exige o desenvolvimento de tecnologias, metodologias e normas técnicas para projectos e obras que respondam a suas peculiaridades físicas e sociais, proporcionando uma acção mais expressiva e abrangente. Afinal, trata-se de uma realidade a enfrentar e transformar, não mais uma realidade provisória” (BUENO, 2000, 149).

Assim se conclui que “a transposição dos obstáculos à melhoria das condições de áreas já habitadas passa necessariamente pelo desenvolvimento de novas tecnologias” (BUENO, 2000, 149), como por exemplo, maquinaria leve e pequena para abertura de valas em espaços exíguos, veículos de colecta de lixo que viabilizem a recolha interna, revisão da capacidade de carga da energia eléctrica para o poste padrão, desenvolvimento de pré-moldados leves e de fácil transporte, possíveis de serem transportados e montados por duas pessoas, etc. Mais especificamente, Bueno cita tecnologia com *know-how* brasileiro: o Kit para a ligação de energia eléctrica, desenvolvido em Belo Horizonte nos anos 80, é constituído por um poste metálico mais leve e barato, com baixas cargas, que facilmente se adaptou e espalhou por todas as favelas do país. No caso do abastecimento de água, o PEAD revolucionou também. Trata-se de um tubo de polietileno flexível que permite o abastecimento a baixa profundidade, bem como acompanhar a sinuosidade das ruas e atenuar as exigências técnicas convencionais, adaptando-se a arruamentos com menos de 4 metros de largura. A drenagem também é um aspecto essencial. Em Salvador, também na década de 80, desenvolveu-se um sistema de escadas drenantes, ou seja, com sistema de drenagem integrado, assim como outras peças para canalização de córregos, muros de arrimo, etc.

João Filgueiras Lima, mais conhecido por Lélé, é um arquitecto, especialista em argamassa armada, que desenvolveu um trabalho social notável ao produzir peças de alta qualidade, possíveis de serem integradas em sistemas para favelas, ou seja, conciliando os bens da

produção industrial com uma tecnologia expressamente adaptada a estes aglomerados. As escadas drenantes são um exemplo. Funcionam como escadas hidráulicas, e lateralmente, apresentam aberturas por onde entram as águas pluviais que se juntam numa galeria interior. São ideais para locais onde as funções de passagem e drenagem se acumulam no mesmo sítio, normalmente pela pouca largura da rua, mas também onde é difícil executar vala ou outro processo similar. Nalguns casos, também o esgoto sanitário foi incluído na galeria da escada. A grande adequação está na leveza e pequena dimensão das peças, que as fazem facilmente carregáveis por dois homens, dispensando maquinaria e podendo ser transportadas e movidas pelas vielas da favela. Por serem de fácil encaixe, não é necessária mão-de-obra especializada. Mesmo implicando movimentações de terra, estas são feitas manualmente, podendo ser mantidas as características do local.



75 e 76. Escadas drenantes, esboço conceptual e colocação em obra

Assim, podemos falar deste período como essencialmente experimental, ainda fortemente arreigado a um viés assistencialista, mas já conformado com a incontornabilidade e a irreversibilidade da favela como fenómeno urbano. A actuação das Prefeituras nas favelas foi-se generalizando, com obras em *mutirão* com assistência de técnicos municipais. Exemplos são as acções do Departamento de Parques e Jardins do Rio de Janeiro, no sentido de reflorestar as áreas destruídas de mata atlântica, com trabalho remunerado da população da favela, e o Programa Mutirão Remunerado (1984). A consciência de que a integração da favela nos serviços públicos básicos, principalmente infra-estruturação, devia ser viabilizada, independentemente da condição legal das ocupações e da sua regularização fundiária, abriu uma nova frente de obras públicas, obrigando as concessionárias a intervir, incluindo-as definitivamente, no mapa das suas áreas de cobertura.

Uma base de dados a nível nacional, envolvendo capital humano, tecnológico, social, económico... passou a ter constante actualização e lançou bases para uma verdadeira revolução na década seguinte. Formar e fomentar este *know-how* sobre a favela é um desafio tecnológico e humano a ser progressivamente continuado. Bueno vai mais longe: deveria, inclusive, ser “inserido nos conteúdos de ensino” (BUENO, 2000, 8) das Universidades de Arquitectura.

Leonel Brizola<sup>32</sup> foi o primeiro a achar possível generalizar a política de urbanização das favelas, ou seja, encontrar soluções deixando-as exactamente onde elas estavam. O seu pensamento ganha continuidade no ano de 1993, com o Prefeito César Maia<sup>33</sup>, que finalmente afastava o espectro da remoção e assumia aquelas comunidades no seu local de origem.

Com este intuito, é criado o GEAP (Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares, 1993) e a Secretaria Municipal de Habitação (1994), para sistematizarem as acções municipais no campo habitacional. Foram implementados seis programas neste âmbito: Favela-Bairro, para complementar a estrutura urbana das favelas consolidadas; Morar Legal, para regularização urbanística, administrativa e fundiária dos loteamentos irregulares; Regularização Fundiária, para dar a titularidade da terra urbana; Novas Alternativas, para criar outras possibilidades de moradia, por exemplo, o aproveitamento de vazios urbanos; Morar Sem Risco, para realojar moradores de áreas em perigo iminente (palafitas, viadutos, encostas instáveis, etc); e Morar Carioca, para financiar a construção em lotes urbanizados, incentivando pequenas e médias cooperativas habitacionais.

Como o Favela-Bairro se destina apenas a comunidades consideradas de médio porte (500 a 2 500 famílias), foram criados mais dois programas para o complementar: o Programa Bairrinho e o Programa Grandes Favelas.



77. Mapa de intervenções do Programa Bairrinho, abrangendo 45 comunidades

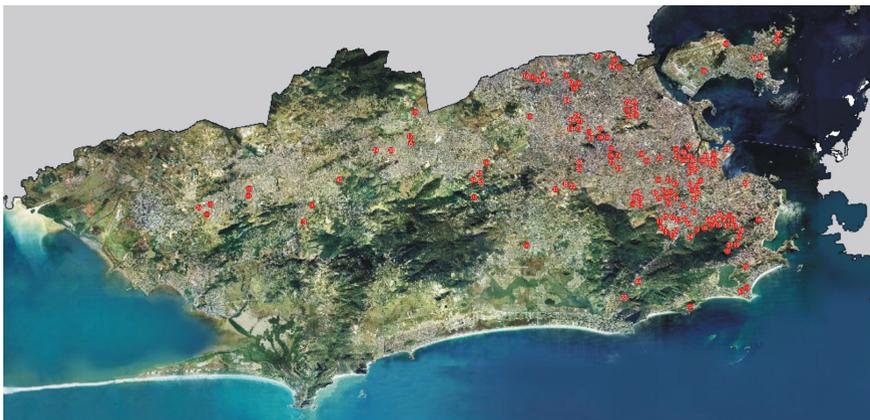


78. Mapa de intervenções do Programa Grandes Favelas: Complexo do Alemão, Fazenda Coqueiros, Jacarezinho, Rio das Pedras e Bairro Rollas

<sup>31</sup> (HUGSD, 2003, 76)

<sup>32</sup> Leonel de Moura Brizola foi Governador do Rio de Janeiro entre 1983 e 1987 e, posteriormente, entre 1991 e 1994.

<sup>33</sup> César Epitácio Maia é o actual Prefeito carioca. Exerceu anteriormente o cargo nos mandatos entre 1993 e 1997 e a partir de 2001.



79. Mapa de intervenções do Programa Favela-Bairro, abrangendo 147 comunidades

A primeira fase do Favela-Bairro, a maior experiência mundial de urbanização de assentamentos ilegais, arrancou em 1994, com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), estreando-se em 16 favelas de pequeno porte, nas quais grau de engajamento da população era considerado elevado.

“Vale ressaltar que era condicionante para a comunidade estar apta a participar do Programa, haver algum tipo de organização interna capaz de reivindicar e ser intermediadora do processo de urbanização. Onde a organização comunitária foi mais forte, em geral, obtiveram-se mais resultados positivos. Em outras comunidades menos organizadas o pensar colectivo é um processo mais difícil” (PINTO, 2006, 14).

Nesse ano, eram já 661 as favelas cariocas, abrigando cerca de um milhão de pessoas, e as dúvidas eram generalizadas:

“Será o saber profissional, formado na academia, capaz de responder ao desafio de propor uma estrutura urbana reconhecível como cidade, a ser implantada no interior da informalidade, sem destruir sua organicidade e sem se abster de sua própria racionalidade?” (MAGALHÃES, 2004, 126).

De facto, eram bastante plausíveis as reticências iniciais, possíveis de serem sintetizadas numa passagem muito interessante do sociólogo carioca Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho:

“Penso no arquitecto ou urbanista, que, depois de pesquisar, bola um projecto e se apresente a concurso na Prefeitura. Ganha e passa a ser o responsável directo pela execução do que, antes de tudo, estava na cabeça das pessoas. Ele ou ela é de classe média e, provavelmente, nunca passou fome ou viveu numa favela, mas as vê todos os dias desafiando sua lógica e inteligência. Solta a imaginação para criar e aprender com quem sobrevive, também graças à, inteligência e a uma fantástica vontade de viver: o morador de uma favela. Pensa nas soluções mais baratas, práticas e bonitas. Conversa com os moradores para encontrar saídas e chegar ao real. Passa a vivenciar outro bairro, outro povo, outra qualidade de vida. Realiza a obra, que

é vasta, e seguramente se vê no espelho com mais alegria e dignidade do que antes. Viver numa cidade de miseráveis não dignifica ninguém” (SOUZA, 1997).

Para responder a estas dúvidas e tentar dar conta do enorme desafio deste projecto-piloto, foi aberta uma intensa discussão nacional e um concurso público para a selecção das equipas, pois, embora os materiais e a tecnologia de construção empregues tenham de ser muito simples, o carácter inovador da ideia exigia, igualmente, grande inovação e criatividade nas metodologias a aplicar.

“Qual o segredo do projecto de Manoel Ribeiro? Eu mesmo respondo: o óbvio. O arquitecto resistiu à tentação de inventar e fez tudo muito simples, com a participação dos moradores. Saiu morro acima perguntando e ficou conhecendo as prioridades, sabendo por onde escoam as águas pluviais devastadoras, onde as pessoas gostam de se reunir, por que aquele banco está ali, qual o melhor lugar para o campo e assim por diante” (VENTURA, 1997. 113).

De uma maneira geral, o Programa procura recuperar algumas ideias implantadas em Brás de Pina, em meados da década de 60, na medida em que a Arquitectura é usada, muito mais do que no seu sentido estetizante, no sentido lato, enquanto condutora de uma melhoria na qualidade de vida das populações.

“The architects have also given priority to the social purpose of the buildings, and the need for them to be well received by their users takes precedence over other architectural considerations” (HUGSD, 2003, 73).

84

Assim, da mesma maneira que Carlos Nelson se ficou pelo “aconselhamento prescritivo”, também Jorge Mário Jáuregui, um dos arquitectos do Favela-Bairro, envolvido no Programa há mais de dez anos, vê a Arquitectura como um meio para atingir a mudança social tão necessária na sociedade brasileira, como a imagem que “resulta das circunstâncias locais, e não pelo desejo arquitectónico formal” (HUGSD, 2003, 15): dar a estas comunidades “direito à cidade, à urbanidade e ao espaço e equipamentos públicos de qualidade”. Jáuregui resume do seguinte modo as suas intervenções:

“When a new, planned building rises in the slum - be it a public toilet or a sewing co-operative - it immediately becomes a monument. It was conceived by an architect, it indicates things are changing: People understand they now have the right to what was only available in the so-called ‘formal city.’ ” (www.architectureforhumanity)

Trata-se, portanto, de projectar com e para as populações, por isso o grau de envolvimento entre ambas as partes tem de ser o maior possível. E é precisamente por aqui que se inicia o processo de trabalho, com uma aproximação à comunidade em causa, com um estudo profundo do sítio e com a criação de relações de trabalho locais. Só assim é possível que haja uma genuína compreensão e adaptação às condições reais de cada favela, sem nunca se pretender chegar a resultados de validade universal, pois cada caso é um caso, e cada um é único nas suas características e especificidades. Por isso, há que pesar todas as variantes: necessidades específicas, topografia, grau de engajamento da população, lideranças (Associação de Moradores, tráfico de drogas...), recursos, etc, para que a solução seja a mais específica e a melhor possível, pois, só assim, ela pode ser aceite e mantida pela comunidade.

Assim, muito mais do que complementar a nível técnico o que os favelados fizeram, ou

seja, urbanizar, trata-se de intervir de maneira a dar identidade aqueles aglomerados, integrá-los na cidade à qual pertencem, e com os bairros do entorno, actuando nos limites da favela para que as barreiras sejam quebradas, e não prescindindo, para isso, da espacialidade e das características próprias de cada uma.

Tal integração é feita, primeiramente, através da complementação e/ou construção da infra-estrutura urbana, por meio dos sistemas de saneamento, de circulação e de provimento regular dos serviços públicos.

Depois continua com a introdução de símbolos da cidade formal, tais como nomes de rua, sinalização urbana, espaços públicos e mobiliário urbano. Muitas vezes bastam coisas simples, como dar um endereço, para reforçar o sentido de comunidade e a responsabilidade cívica sobre ela, gerando um impacto emocional e psicológico profundo, verdadeira alavanca para que estas populações ganhem consciência dos seus direitos e se orgulhem do seu bairro, abrindo a possibilidade de uma mudança social. Dar um endereço constitui um instrumento de cidadania nas práticas sociais do dia a dia, por exemplo, para os serviços públicos, crédito, emprego, em suma, para a existência real dessas pessoas na cidade.

Outro factor de integração é a inserção das favelas no sistema de planeamento dos órgãos públicos, incluindo-as na legislação, planos, programas, mapas e cadastros de uso e ocupação do solo.

Para finalizar, vem a parte do construir de raiz: o Favela-Bairro, consoante as carências da comunidade e o objectivo de cada intervenção, pode incluir a construção de espaços e equipamentos colectivos públicos, nomeadamente praças e logradouros, ou edifícios. Estes podem ser de teor social, como creches, escolas ou centros de dia; de carácter cultural e recreativo, como centros culturais, edifício para associação de moradores e para as escolas de samba; desportivos, como campos de jogos ou de futebol e pavilhões; e outros, como capela, lavadouros comunitários, ou pontes sobre cursos de água. Tudo no sentido de suprir as inúmeras carências destas comunidades, retratadas num diálogo entre o jornalista Caco Barcellos e uma moradora do Dona Marta:

“ – Essa favela tem tudo de bom, pode perguntar – disse Luz.

– Tem correio? Aqui fica perto do correio, por exemplo?

– Correio, a favela não tem.

– Cinema?

– Cinema também não.

– Biblioteca?

– Biblioteca não, aí.

– Praça, pracinha,

– Não, não

– Escola, biblioteca

– Não tem nada disso, mas é só descer que tem tudo lá no asfalto, aí.”

(BARCELLOS, 2003, 463-464)

Outro meio bastante utilizado é o da arborização por ser, simultaneamente barato e ajudar na estabilização dos solos e das encostas, além de refrescar e dar sombra, embelezando o laranja e cinza predominante.

O Favela-Bairro não se compromete com a regularização fundiária, nem inclui melhorias nas habitações privadas, já que, como os recursos são escassos, investindo na produção de infra-estruturas pode-se chegar a uma população beneficiária cinco a seis vezes maior, comparando com uma hipotética construção de habitações.

“Visando respeitar os investimentos anteriores dos moradores e ampliar ao máximo a amplitude do atendimento social com os recursos financeiros disponíveis, deve-se buscar respeitar o traçado das vias existentes e minimizar o número de demolições de casas. A acção prioritária deve estar voltada para a inserção da área e de sua população à infra-estrutura urbana existente no entorno, deixando-se para o próprio morador a responsabilidade quanto a melhoria ou ampliação de sua casa” (BUENO, 2000, 118).

Se, por razões projectuais, algumas casas tenham de ser demolidas, o seu número não pode ultrapassar os 5% do total de domicílios da favela. Nestes casos, os moradores serão necessariamente realojados em novas habitações, integradas na intervenção, ou poderão optar por receber uma indemnização correspondente. A maioria escolhe a primeira opção.

Resumindo, brevemente as directrizes para projectos e obras de urbanização, podemos dizer que: “Os trabalhos técnicos nas favelas devem sempre considerar que tratam com um espaço físico e social já existente, com tipologias urbanísticas e habitacionais próprias, que devem ser reconhecidas e interpretadas para que os trabalhos resultem no seu aprimoramento a partir do que existe construído. Trata-se de utilizar conhecimentos técnico-científicos para procurar viabilizar um ambiente estável e saneado, garantindo os pressupostos básicos da habitabilidade. O processo de urbanização das favelas, e a consequente melhoria das suas condições de moradia, pressupõem esforços conjuntos do colectivo, da sociedade em geral e do indivíduo e sua família. As obras propostas (...) visam proporcionar aos seus moradores o acesso aos bens e serviços de uso colectivo. A construção, ampliação ou melhoria das unidades habitacionais é considerada de responsabilidade individual ou particular (...) [a construção de residências dar-se-á] tão somente nos casos em que seja estritamente necessário o remanejamento ou mesmo a relocação de edificações que tenham que ser demolidas para dar andamento às obras de infra-estrutura. Recomenda-se que as propostas de implantação de vias/quadras/redes procurem melhorar o funcionamento do espaço colectivo e dos serviços, reduzindo sempre a incidência de demolições de edificações residenciais (...) Os projectos e obras de reforma e instalação do sistema viário, das redes de infra-estrutura e serviços procuram integrar a favela à malha urbana de responsabilidade das agências públicas de operação e conservação da cidade” (PMSP, 1993, 6).

Acima de tudo, o Favela-Bairro vem comprovar que “a experiência construída pelos pobres é viável o suficiente para ser transformada em uma cidade com boas condições” (SILVA e BARBOSA, 2005, 136) e que esta nova visão urbanística, “fazer da moradia a morada”, além das demais e já apresentadas vantagens, vem também melhorar bastante a saúde e a segurança de milhares de cariocas.

Por outro lado, ainda se concluiu que a convivência entre duas doutrinas tão diferentes, por um lado a académica e por outro, as soluções reais improvisadas pelos favelados, só trouxe bons resultados. Claro que, fomentar um entendimento mútuo, entre arquitecto e ‘cliente’ favelado, foi um dos grandes desafios do projecto, só possível com grande interacção

e cedências de parte a parte. A participação da população era uma necessidade basilar: “A participação popular no processo de urbanização da favela é imprescindível e específica - desde o acompanhamento do projecto, conhecimento do cronograma de obras, até as acções de educação sanitária e ambiental” (BUENO, 2000, 123). Os dois casos citados seguidamente reflectem duas formas diferentes de cedência:

“A compreensão do trabalho, no início, era difícil. Nós mostrávamos o projecto e eles diziam que estavam entendendo tudo, mas na verdade não estavam (...) a gente tinha que usar um outro vocabulário. Não se pode dizer: ah, essa ligação vai estruturar o bairro e vai fazer uma interconexão entre as partes (...) tinha que chegar mais junto delas (...) ser natural”;

“Havia por parte da gerência do Favela Bairro a vontade de construir um anfiteatro na área em que a comunidade queria um campo de futebol oficial. A gerente tentou me convencer de que um anfiteatro era muito melhor. E eu, tentando convencer de que o futebol era muito mais a nossa realidade (...) Então o que aconteceu foi que não chegámos a um acordo (...) E fomos ao plebiscito (...) Eram mais de 600 pessoas presentes (...) Ela levou de 600 e tantos votos a 3. Esses três votos eram o dela mais o de duas pessoas que ela levou (...) Então essa foi uma história muito marcante (...) E, nesse ponto, houve uma democracia muito grande” (CONDE e MAGALHÃES, 2004).

E como “é um grande erro dar caviar para quem está a fim de comer arroz com feijão”<sup>34</sup>, a democracia prevaleceu e as comunidades, verdadeiras utentes do espaço, ficaram sempre a ganhar.

O arquitecto Nuno Portas, que “ao longo de meia dúzia de anos” acompanhou o processo, confronta “os seus primeiros resultados com outros casos, comparáveis quanto ao método, quer no Magreb quer, após a Revolução de 74, em Portugal” e, embora confirme os notáveis resultados deste Programa, afirma-se mais céptico em relação às suas potencialidades socializantes:

“Creio que os mentores destes programas não alimentam ilusões quanto aos efeitos sociais desta estratégia que no que respeita à aplicação do investimento público e do urbanismo físico não teriam, provavelmente, alternativas mais satisfatórias (e viáveis). Nem o adiamento, à espera de melhores condições político-económicas, nem a erradicação generalizada para novas urbanizações seriam soluções (ou problemas?), ou se podem considerar alternativas para situações críticas de tal extensão, mesmo se o país as pudesse priorizar (...) O que pode parecer contraditório a quem pense com ingenuidade que as intervenções urbanísticas, *resolvem* os problemas sociais ou a violência urbana, - no Vidigal ou na Cidade de Deus... Mas atenção: se não resolvem, podem, isso sim, criar ambientes mais favoráveis às relações quotidianas (para além da saúde, da educação...) e ainda mais se as comunidades reconhecerem nelas o resultado dos seus próprios esforços participativos” (PORTAS, 2006, 8-9).

Bueno faz uma avaliação extremamente optimista dos processos de urbanização em favelas. Além da melhoria geral das condições e da qualidade de vida das populações (higiénicas, sociais, de segurança, de saúde, etc), a autora acredita numa mudança da postura do favelado em relação ao espaço. Passa a investir mais na sua casa, a ter mais

<sup>34</sup> MV Bill, rapper e morador Cidade de Deus, aquando do Seminário “Os futuros possíveis das favelas e da cidade do Rio de Janeiro”, 2003 (SILVA e BARBOSA, 2005, 148).

disposição para a ampliar, para lhe dar acabamentos, pois agora a sombra da remoção apaga-se, tornando a favela numa realidade definitiva, ou seja, potenciadora do investimento de todos. Por outro lado, a nova aparência física desencadeia “um processo generalizado de melhoria das moradias, a inserção social dos moradores com os do bairro e seu acesso ao mercado de trabalho local ao qual eles eram anteriormente barrados” (BUENO, 2000, 143) e mais ainda, acredita que a urbanização pode ser um importante “instrumento de recuperação da qualidade ambiental urbana” (BUENO, 2000, 270).

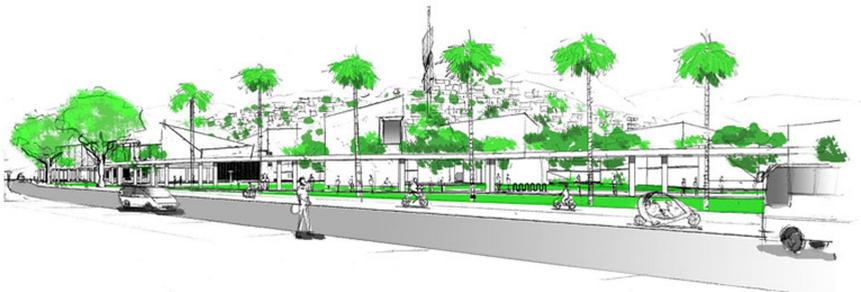
Como exemplo de uma intervenção concreta, podemos citar o projecto do arquitecto Jorge Mário Jáuregui nos Complexos do Alemão e Manguinhos, em cuja memória descritiva estão resumidos alguns dos conceitos básicos, anteriormente explicados:

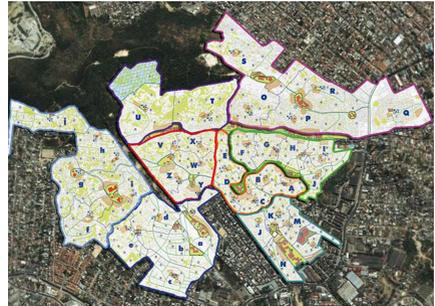
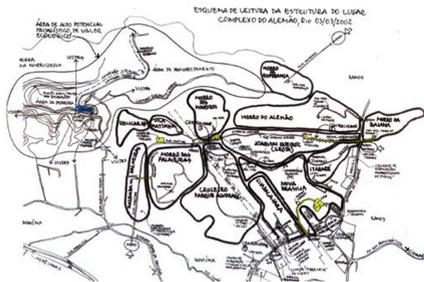
“O Projecto de Desenvolvimento Socio-Espacial para os complexos de Alemão e de Manguinhos representam a síntese de tudo que já tenho realizado em termos de planeamento urbano de áreas informais na cidade do Rio de Janeiro, indo bem à frente, e assumindo um novo desafio de acção integrada nestas áreas de grande magnitude e complexidade.”

De facto, além das intervenções mais ou menos comuns a todos os projectos, “todo o sistema de circulação interna (...) bem como vielas e escadarias serão totalmente reestruturadas, incorporando infra-estrutura, mobiliário urbano, iluminação pública, vegetação e sinalização”, este caso é bem mais ambicioso. Como é apanágio do Programa, procura-se um “projecto integrado”, que não só mude a “estrutura física”, como tenha implicações no “imaginário da população da cidade”, ambicionando-se que as transformações operadas pela Arquitectura tenham reflexo nas restantes áreas: “transporte, educação, saúde, geração de trabalho e renda, justiça, meio ambiente, infra-estrutura, equipamentos públicos e lazer.”

Além destas intervenções primárias, Jáuregui prevê no seu projecto um sistema de teleféricos, integrado no sistema de transporte público urbano; um Parque, “um novo pulmão verde” para a cidade, com equipamentos para “actividades culturais e eventos públicos tais como espectáculos ao ar livre, actividades desportivas, quiosques de apoio, e um núcleo de pesquisa ambiental”; e ainda “novos centros de convivência, serviços e equipamentos públicos”, dotando a comunidade de “escola, creche, centro de saúde, centro da juventude, centro cultural, centro de atendimento à população/documentação, e praça pública” (<http://www.iauregui.arq.br>).

88





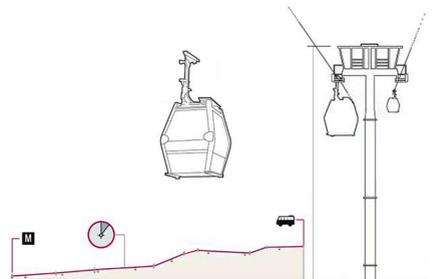
81. Esquema de leitura

82. Estrutura urbana



83. Infraestrutura e sistema viário

84. Sistema de relocações de domicílios e áreas de adensamento habitacional



85 e 86. Sistema de teleférico

Para finalizar, o Favela-Bairro também encontrou um meio para superar uma das mais graves dificuldades dos programas de urbanização: a deterioração das melhorias conseguidas, devido à falta de manutenção. Os POUSO (posto de orientação urbanística e social) são escritórios de representação da Prefeitura que sustentam e mantêm a nova ordem urbana, visando a conservação dos equipamentos e das melhorias alcançadas, e resguardando os limites entre o público e o privado, evitando invasões dos novos espaços públicos, prolongamento de construções sobre o alinhamento das ruas e outras apropriações indevidas. Todos os dias um funcionário da Prefeitura se encontra no escritório para atender as populações.

Também para salvaguardar as intervenções, no final das obras, todas as favelas, urbanizadas e intervencionadas pelo Programa Favela-Bairro, passam a ser Áreas de Especial Interesse Social, nas quais se permitem parâmetros excepcionais de urbanização ou de regime de propriedade.

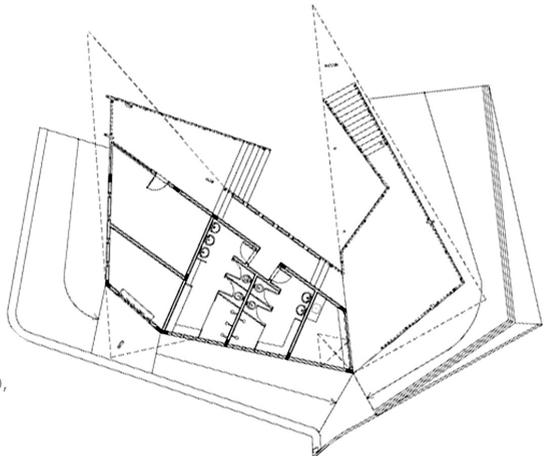
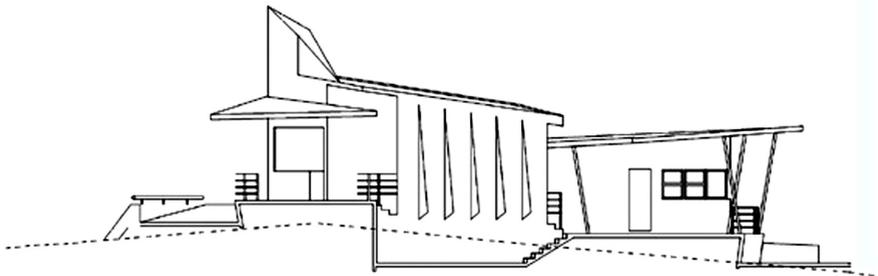


87. Edifício para realojamento da população, Morro dos Macacos

88. Mirante, Salgueiro



89. Campo de futebol, Vidigal



90, 91 e 92. Edifício de uso comunitário,  
Favela Fubá-Campinho (Projectos de  
J. M. Jáuregui)

